

RESULTADO DO TESOURO ESTADUAL - 2007 ESTADO DE ALAGOAS

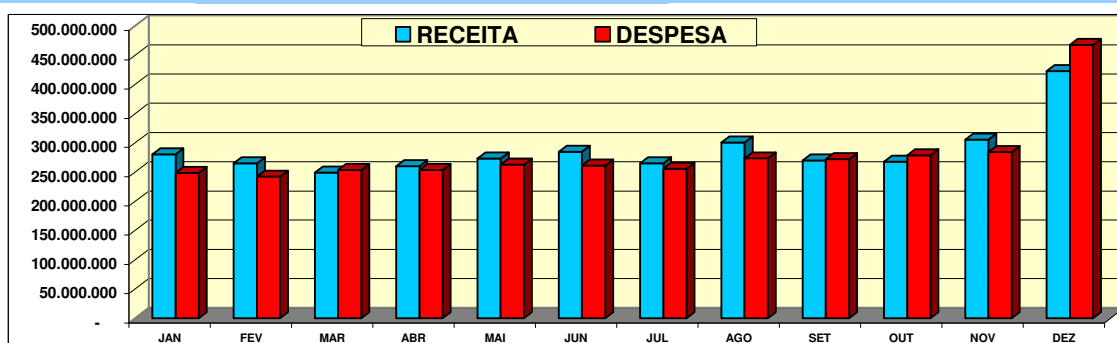
No exercício financeiro de 2007, o Tesouro estadual registrou um superávit orçamentário de 2,68% ,resultado bem mais confortável que os 1,86% verificado no exercício anterior. As receitas realizadas totalizaram R\$ 3.447,4 bilhões, já as despesas orçamentárias devidamente registradas (SIAFEM) alcançaram R\$ 3.357,6 bilhões , este desempenho positivo deve ser creditado a três fatores que serão enumerados sem se levar em conta o nível de influencia neste resultado :

1) o crescimento real das receitas do Tesouro estadual (8,69%) resultado este induzido principalmente pela excepcional performance da receita do Fundo de participação dos Estados – FPE que cresceu em termos reais 11,86%;

2) a retração real no item de despesa denominado de custeio/investimento (-26,41%) e

3) o ingresso de R\$ 73,0 milhões resultante da negociação da conta salário com a caixa econômica federal. O grupo das transferências federais continua a responder pela maior parcela de recursos que ingressam no Tesouro estadual alcançando R\$ 1.750,1 bilhões destes .91,27% é creditado ao FPE, maior fonte individual de financiamento das contas Publicas em Alagoas. R\$ 1.624,2 milhões representa o volume de recursos financeiros arrecadados pelo grupo denominado de receitas tributarias que cresceu 12,09% em termos reais comparativamente ao ano de 2006, o Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS, com uma arrecadação de R\$ 1.401,7 bilhões , assume 86,30% deste montante .

COMPARATIVO: RECEITA X DESPESA - Janeiro-Dezembro/2007



EVOLUÇÃO MENSAL DA RECEITA E DESPESA - Janeiro - Dezembro/2007					
	RECEITA		DESPESA		(RECEITA / DESPESA)
	VALOR	VARIAÇÃO (%)	VALOR	VARIAÇÃO (%)	(%)
Janeiro	280.502.577,48	-	248.668.692,76	-	12,80
Fevereiro	265.674.824,90	-5,29	242.691.400,61	-3,45	10,65
Março	249.300.625,07	-6,16	254.022.279,48	4,69	-0,82
Abril	260.317.973,55	4,42	253.975.581,25	1,04	2,50
Maiο	273.313.029,74	4,99	262.985.657,28	3,55	3,93
Junho	285.108.155,71	4,32	261.361.045,77	-5,44	14,65
Julho	265.620.680,53	-6,84	256.129.705,04	-2,00	3,71
Agosto	301.011.568,42	13,32	273.619.301,00	6,83	10,01
Setembro	270.115.432,21	-10,26	272.380.950,80	-0,45	-0,83
Outubro	268.031.812,73	-0,77	278.842.634,26	2,37	-3,88
Novembro	305.649.809,18	14,03	284.727.799,76	2,11	7,35
Dezembro	422.804.464,53	38,33	468.203.480,45	64,44	-9,70
T O T A L	3.447.450.954,05	-	3.357.608.528,46	-	2,68

Fonte: SEFAZ/AL

O quadro de um equilíbrio considerável, altera-se de forma acentuada quando passa-se a incluir nos dispêndios as despesas com os restos a pagar do exercício financeiro de 2006, que totalizaram R\$ 86,4 milhões daí constata-se que o Tesouro estadual resgatou parte do déficit estrutural apurado em dezembro de 2006 (R\$ 313,5 milhões – Boletim Econômico) esta situação de desequilíbrio nas contas Públicas estaduais deverá persistir por alguns exercícios financeiros , uma vez que as receitas mesmo crescendo em termos reais mais que as despesas em cada exercício financeiro não criará superávit financeiro capaz de liquidar o déficit acumulado no curto prazo.

De janeiro a dezembro de 2007, as receitas do Tesouro estadual cresceram nominalmente 12,59% comparativamente a igual período de 2006, desempenho este que situa-se um pouco abaixo da média dos últimos 04 anos (14%). O destaque maior coube ao grupo das receitas tributárias (16,08%) impulsionado principalmente pelo desempenho da receita com o Imposto de renda e o Imposto de propriedade de veículos automotores – IPVA que cresceram 35,38% e 13,63% respectivamente, por sua vez o ICMS que responde por mais de 85,0% (R\$ 1.401,7 milhões) da arrecadação total deste grupo de receita apresentou um incremento de 9,41% comparativamente ao exercício financeiro de 2006, há que se observar que este desempenho ficou bem abaixo do verificado no ano que passou (16,68%). No grupo das transferências federais o destaque maior coube ao FPE, quando a análise se dar por conta do volume de recursos financeiros (R\$1.597,8 bilhões) com um crescimento de 15,85% índice bem mais acentuado que o experimentado no exercício de 2006, (10,67 %) o que equivaleu a um aporte financeiro adicional ao Tesouro estadual de R\$ 385,5 milhões no período em análise, destaque positivo também para as receitas com a CIDE e dos recursos hídricos, com crescimento de 17,99% e 13,92% respectivamente, já as retrações no volume de receita arrecadada através das transferências federais aconteceram nos royalties(xisto,gás,e petróleo) com (- 17,95%) e item fomento a exportações que serve de complementação as receitas da Lei Kandir com uma queda de (-8,87) comparativamente ao ano de 2006.

COMPARATIVO: RECEITA TOTAL - VALORES CORRENTES E CONSTANTES - Janeiro - Dezembro / 2006-2007						
Especificação	VALORES NOMINAIS			VALORES ATUALIZADOS PARA DEZEMBRO 2007 (1)		
	2006 (a)	2007 (b)	(b/a)%	2006 (a)	2007 (b)	(b/a)%
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	1.399.254.236,99	1.624.283.010,23	16,08	1.473.292.836,57	1.651.466.998,14	12,09
ICMS	1.281.244.101,99	1.401.795.919,49	9,41	1.349.071.426,49	1.425.387.624,80	5,66
IPVA	67.131.705,14	76.279.878,15	13,63	70.683.265,68	77.529.827,49	9,69
ITCD	1.608.238,28	2.433.343,13	51,30	1.692.415,55	2.470.266,09	45,96
TAXAS	1.766.906,29	1.974.778,69	11,76	1.861.201,30	2.008.920,93	7,94
Fundo Combate Pobreza	30.795.749,04	33.118.613,90	7,54	32.427.948,83	33.709.877,82	3,95
TRANSF. IMP.RENDA	69.336.585,48	93.867.763,76	35,38	72.982.179,55	95.259.003,27	30,52
Outras Rec.Tributárias	16.707.536,25	14.812.713,11	-11,34	17.556.578,72	15.101.477,73	-13,98
OUTRAS RECEITAS (2)	55.697.411,81	73.000.000,00	31,07	58.665.015,71	73.000.000,00	24,44
TRANSF. FEDERAIS	1.606.989.909,55	1.750.167.943,82	8,91	1.692.121.591,90	1.779.854.241,30	5,18
FPE	1.379.240.067,49	1.597.841.367,92	15,85	1.452.636.953,75	1.624.870.543,28	11,86
IPI (Exportação)	9.373.806,10	9.452.700,14	0,84	9.868.567,02	9.603.598,02	-2,68
XISTO/GÁS (Royalties)	47.287.912,77	38.797.851,55	-17,95	49.843.476,84	39.476.075,77	-20,80
REC. HÍDRICOS	10.164.797,68	11.580.126,76	13,92	10.703.757,29	11.776.447,59	10,02
FEP	4.926.588,32	4.890.529,52	-0,73	5.187.233,62	4.973.351,77	-4,12
DNPM	56.482,72	1.576.279,64	2690,73	59.432,37	1.597.717,52	2588,30
L. Kandir(Q,parte Estado)	12.288.217,54	12.288.217,54	0,00	12.900.915,71	12.452.304,66	-3,48
CIDE	22.404.295,19	26.435.577,04	17,99	23.650.501,76	26.988.044,66	14,11
MP 193 CEX(Q,parte.Est)	51.911.156,26	47.305.293,71	-8,87	54.288.574,00	48.116.158,02	-11,37
TOTAL	3.061.941.558,35	3.447.450.954,05	12,59	3.224.079.444,18	3.504.321.239,44	8,69

Fonte: SEFAZ

OBS:(1) - Valores atualizados pelo IPCA do IBGE

(2) Recursos provenientes ds vendas do FCVS e Títulos CVS./ 2006
Recursos provenientes da conta salário a CEF./ 2007

ARRECAÇÃO DO ICMS - ESTADOS DO NORDESTE - Valores em R\$ mil - 2004 - 2006					
ESTADOS	I C M S			Crescimento Nominal	
	2004	2005	2006	2005/2004	2006/2005
Bahia	7.132.795	7.820.843	8.604.177	9,65	10,02
Pernambuco	3.666.716	4.313.803	4.864.103	17,65	12,76
Ceará	2.994.507	3.144.615	3.755.799	5,01	19,44
Rio G. do Norte	1.394.727	1.616.466	1.913.542	15,90	18,38
Maranhão	1.183.362	1.464.279	1.827.931	23,74	24,83
Paraíba	1.144.414	1.336.562	1.532.786	16,79	14,68
Alagoas	960.996	1.098.100	1.281.244	14,27	16,68
Sergipe	873.018	1.010.710	1.146.648	15,77	13,45
Piauí	761.714	902.277	1.068.985	18,45	18,48

Fonte: COTEPE , SEFAZ/AL

COMPARATIVO DO ICMS ARRECADADO - ALAGOAS - NORDESTE - BRASIL - 2006 - Valores em R\$ milhões						
Especificação	Alagoas	Nordeste	Brasil	Participação Percentual		
				AL / NE	AL / BR	NE / BR
Janeiro	115	2.214	14.402	5,19	0,80	15,37
Fevereiro	92	2.003	12.476	4,59	0,74	16,05
Março	90	1.916	13.714	4,70	0,66	13,97
Abril	101	2.104	13.469	4,80	0,75	15,62
Mai	123	1.923	13.517	6,40	0,91	14,23
Junho	96	2.001	13.857	4,80	0,69	14,44
Julho	92	2.030	13.608	4,53	0,68	14,92
Agosto	100	2.138	13.920	4,68	0,72	15,36
Setembro	94	2.507	15.028	3,75	0,63	16,68
Outubro	134	2.460	15.707	5,45	0,85	15,66
Novembro	118	2.279	16.538	5,18	0,71	13,78
Dezembro	126	2.420	15.891	5,21	0,79	15,23
TOTAL	1.281	25.995	172.127	4,93	0,74	15,10

Fonte: COTEPE , SEFAZ/AL

No item outras receitas tributárias o montante de recursos financeiros arrecadados destaque para o item denominado de outras receitas que contabilizou no ultimo trimestre do exercício financeiro de 2007, a quantia de R\$ 73,0 milhões , como já citado anteriormente receita esta fruto da renegociação da conta salário dos servidores públicos estaduais com a caixa econômica federal, ressalte-se que no exercício de 2006,

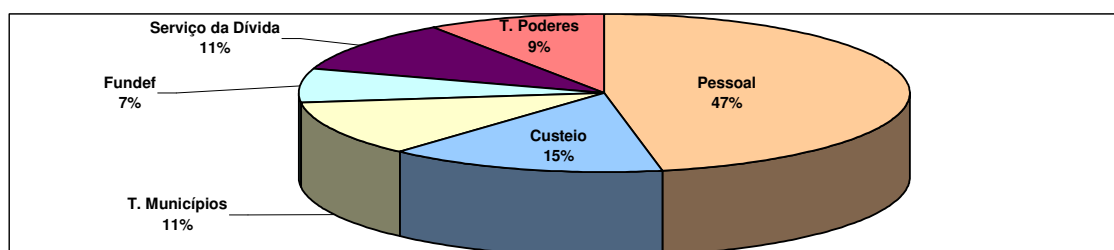
ingressaram também R\$ 55,6 milhões advindo desta receita pela venda de títulos representativos da dívida pública Federal, sendo R\$ 33,5 milhões relativos ao fundo de compensação de variações salariais – FCVS negociados junto a CETIP e R\$ 22,1 milhões de títulos CVS negociados com o BNDES. Por sua vez as transferências voluntárias efetivadas pelo Governo Federal, através de convênios aplicados nas diversas áreas de atuação do Poder Público estadual somaram R\$.127,4 milhões em 2007 (fonte - SIAFEM).

ARRECADAÇÃO DO ICMS X PRODUTO INTERNO BRUTO - Valores em R\$ milhões - 2004 - 2005						
ESTADOS	PIB		I C M S		(ICMS/PIB)%	
	2004	2005	2004	2005	2004	2005
Ceará	33.261	40.923	2.995	3.145	9,00	7,69
Piauí	8.611	11.125	762	902	8,85	8,11
Rio G. do Norte	15.906	17.862	1.395	1.616	8,77	9,05
Alagoas	11.556	14.135	973	1.100	8,42	7,78
Bahia	86.882	90.943	7.133	7.821	8,21	8,60
Paraíba	14.863	16.864	1.145	1.337	7,70	7,93
Pernambuco	47.697	49.904	3.667	4.314	7,69	8,64
Maranhão	16.547	25.326	1.183	1.463	7,15	5,78
Sergipe	13.121	13.422	873	1.011	6,65	7,53
NORDESTE	248.445	280.504	20.133	22.720	8,10	8,10
BRASIL	1.766.621	2.148.000	138.249	155.164	7,83	7,22

Fonte: IBGE - COTEPE

O volume das despesas orçamentárias do Tesouro estadual no exercício financeiro de 2007, alcançou R\$3.368,2 bilhões, com um incremento de 12,05%, há que se observar que este incremento supera os 8,86% constatado no ano anterior, apesar da redução no item de gastos custeio/investimento.No entanto este recuo não minimizou o impacto resultante do incremento nos gastos com pessoal do Poder executivo (23,01%) causa principal pelo aumento nas contas do publicas estaduais em 2007, equivalendo R\$.288,1 milhões, as demais despesas que estão sob o controle do Tesouro estadual mantiveram-se dentro da media dos últimos anos, uma vez que suas performance estão atreladas ao comportamento das receitas, por exemplo: pagamento com o serviço da dívida publica e transferências Constitucionais a municípios. As transferências a outros Poderes incluindo-se o Ministério Público apresentaram o menor incremento dos últimos exercícios, cabendo a redução no duodécimo da Assembléia Legislativa estadual a responsabilidade por este quadro, uma vez que todos os demais componentes deste grupo tiveram incrementos em seus repasses financeiros em 2007.

COMPOSIÇÃO GERAL DA DESPESA



O quadro que demonstra a composição geral dos gastos pelos principais itens de despesas apresenta um crescimento na participação da despesa com pessoal que consumiu 41% em

2006 ,saltando para 47% no exercício em análise, com exceção do item citado e o referente as transferências constitucionais aos municípios que manteve-se inalterado os demais apresentaram um comportamento de queda comparativamente ao exercício anterior.

TRANSFERÊNCIAS A PODERES E DESPESAS DO PODER EXECUTIVO - VALORES CORRENTES E CONSTANTES - Jan-Dez/2006-2007						
Especificação	VALORES NOMINAIS			VALORES ATUALIZADOS PARA DEZEMBRO 2007 (1)		
	2006 (b)	2007 (b)	(b/a)%	2006 (a)	2007 (b)	(b/a)%
Transf. a Poderes	358.627.485,56	385.775.383,92	7,57	377.729.661,54	392.502.857,06	3,91
Tribunal de Justiça	141.050.238,30	168.645.622,80	19,56	148.599.799,82	171.592.264,12	15,47
Tribunal de Contas	43.052.163,96	50.404.955,94	17,08	45.340.313,45	51.276.429,07	13,09
Assembléia Legislativa	113.987.000,00	96.000.000,00	-15,78	120.022.415,63	97.677.349,00	-18,62
Ministério Público	60.538.083,30	70.724.805,18	16,83	63.767.132,64	71.956.814,86	12,84
Poder Executivo	2.647.301.498,00	2.971.833.144,54	12,26	2.786.970.840,97	3.018.869.553,26	8,32
Pessoal (Desp.Bruta)	1.252.172.418,29	1.540.299.542,44	23,01	1.318.251.924,86	1.564.664.080,39	18,69
Custeio / Investimento	454.695.191,70	330.363.145,97	-27,34	478.172.667,21	335.785.976,40	-29,78
Transf. a Municípios	336.815.578,70	407.190.890,71	20,89	354.751.204,52	413.694.074,41	16,62
Fundef / Líquido	222.583.368,80	258.770.453,90	16,26	234.466.983,45	263.047.443,82	12,19
Serviço da Dívida	381.034.940,50	435.208.348,48	14,22	401.328.060,92	442.997.437,40	10,38
TOTAL	3.005.928.983,56	3.357.608.528,46	11,70	3.164.700.502,51	3.411.372.410,32	7,79

Fonte: SEFAZ /AL

OBS:(1) - Valores atualizados pelo IPCA do IBGE

O volume de recursos financeiros que ingressou no Tesouro estadual no 4º trimestre/2007 somou R\$ 996,4 milhões, com um crescimento nominal de 19,09% quando comparado ao 3º trimestre, o que equivaleu a um incremento financeiro R\$.159 milhões, a receita com o FPE, principalmente a referente ao mês de dezembro (R\$ 185,7 milhões) foi a maior responsável por incremento, somando R\$ 439,9 milhões com um crescimento de 23,04% no período, seguida pelo ingresso da receita eventual de R\$ 73,0 milhões já devidamente citada nesta análise. No grupo das receitas tributárias o incremento foi quase nulo (1,16%) destaque para a receita de transferência do imposto de renda que é representada basicamente pelos descontos nos salários dos servidores públicos estaduais e que no mês de dezembro somou-se ao 13º salário com um incremento de 53,65% comparativamente ao 3º trimestre/2007, a retração na receita com o IPVA se justifica pela sua sazonalidade, já a trajetória apresentada pela receita com o ICMS, com um crescimento de apenas (1,70%) neste 4º trimestre, foge as performances desta receita que vêm sendo constatadas nos últimos anos, no entanto não dispomos de elementos mais qualitativos que possam melhor esclarecer tal situação. A evolução dos demais itens de receitas pode ser visualizada nos quadros que compõem este documento.

R E C E I T A - (Receita Tributária, Transf. Federais e Outras Receitas)						
Especificação	Outubro	Novembro	Dezembro	Total (a)	3º trim/2007(b)	(a/b)%
Receitas Tributárias	134.189.683,11	158.263.134,01	153.492.862,28	445.945.679,40	440.831.115,16	1,16
ICMS	115.462.749,08	140.251.173,89	129.853.812,02	385.567.734,99	379.118.725,23	1,70
Outras Rec Tributárias	18.726.934,03	18.011.960,12	23.639.050,26	60.377.944,41	61.712.389,93	-2,16
Transf. Federais	133.842.129,62	147.386.675,17	196.311.602,25	477.540.407,04	395.916.566,00	20,62
FPE	117.026.174,04	137.210.744,65	185.745.990,66	439.982.909,35	357.593.139,41	23,04
Outras Transf. Federais	16.815.955,58	10.175.930,52	10.565.611,59	37.557.497,69	38.323.426,59	-2,00
Outras Receitas (1)			73.000.000,00	73.000.000,00		
TOTAL	268.031.812,73	305.649.809,18	422.804.464,53	996.486.086,44	836.747.681,16	19,09

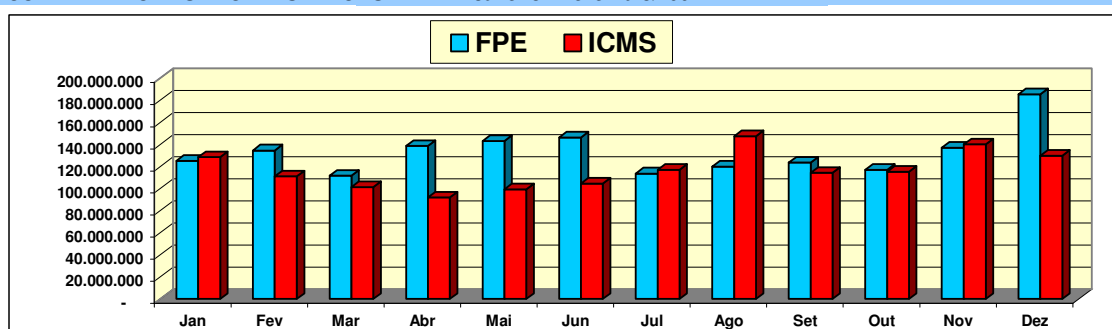
Fonte: SEFAZ

Nota: (1) - Recursos provenientes da conta salário a CEF

T R A N S F E R Ê N C I A S F E D E R A I S						
Especificação	Outubro	Novembro	Dezembro	Total (a)	3º trim/2007(b)	(a/b)%
FPE	117.026.174,04	137.210.744,65	185.745.990,66	439.982.909,35	357.593.139,41	23,04
IPI - exp	915.713,23	902.588,10	1.010.356,17	2.828.657,50	2.465.240,38	14,74
XISTO/GÁS (Royalties)	3.262.161,59	3.158.349,49	3.316.872,17	9.737.383,25	9.723.763,39	0,14
REC. HÍDRICOS	827.609,99	1.054.059,45	1.151.696,21	3.033.365,65	2.838.320,10	6,87
FEP	448.444,37	431.665,42	456.966,23	1.337.076,02	1.235.433,74	8,23
DNPM	5.744,42	4.485,56	4.938,31	15.168,29	1.523.598,69	-99,00
L. Kandir(Q.Parte/Est)	1.024.018,13	1.024.018,13	1.024.018,13	3.072.054,39	3.072.054,39	-
CIDE	6.731.499,48	-	-	6.731.499,48	6.662.722,79	1,03
MP 193 CEX(Q/Parte.Est)	3.600.764,37	3.600.764,37	3.600.764,37	10.802.293,11	10.802.293,11	-
TOTAL	133.842.129,62	147.386.675,17	196.311.602,25	477.540.407,04	395.916.566,00	20,62

Fonte: SEFAZ/AL

COMPARATIVO DAS RECEITAS DE ICMS E FPE - Janeiro - Dezembro/2007



A dependência do Tesouro estadual do volume de recursos que são repassados pelo governo federal sejam eles Constitucionais ou voluntários, fica bastante evidenciada quando se faz o confronto entre as duas principais fontes de receitas estaduais que são o FPE e o ICMS, no exercício financeiro de 2007, o FPE como se tem observado ao longo dos anos superou em 13,98% o valor líquido do ICMS (ICMS- transferências a municípios 25% = R\$ 1.051,3 bilhões) soma esta que se quer cobre os gastos com pessoal do Poder Executivo em 2007, (R\$1.540,2bilhões) a evolução mensal destas receitas pode melhor ser visualizada no gráfico inserido neste documento.

Quanto as receitas voluntárias conforme citação anterior o governo estadual recebeu R\$ 127,4 milhões fruto de convênios e outros instrumentos legais que regulam esta relação entre União e Estados.

R E C E I T A T R I B U T Á R I A						
Especificação	Outubro	Novembro	Dezembro	Total (a)	3º trim/2007(b)	(a/b)%
ICMS	115.462.749,08	140.251.173,89	129.853.812,02	385.567.734,99	379.118.725,23	1,70
IPVA	7.235.037,86	3.911.493,51	2.359.319,40	13.505.850,77	29.441.544,32	-54,13
ITCD	241.768,93	246.194,43	235.108,95	723.072,31	777.341,31	-6,98
TAXAS	180.601,33	158.279,08	138.392,62	477.273,03	527.782,84	-9,57
Fundo Combate Pobreza	2.331.863,15	2.984.055,17	3.014.570,89	8.330.489,21	7.895.997,93	5,50
TRANSF. I. RENDA	8.321.917,40	8.635.198,92	16.637.430,46	33.594.546,78	21.864.405,58	53,65
OUTRAS REC. TRIBUTÁRIAS	415.745,36	2.076.739,01	1.254.227,94	3.746.712,31	1.205.317,95	210,85
TOTAL	134.189.683,11	158.263.134,01	153.492.862,28	445.945.679,40	440.831.115,16	1,16

Fonte: SEFAZ

No exercício financeiro de 2007, a arrecadação do ICMS discriminada por natureza de recolhimento, manteve a mesma configuração já constatadas nas análises elaboradas nos últimos exercícios (Boletim Econômico). As exceções como sempre ficam por conta do desempenho dos itens ICMS comunicação e energia elétrica que se alternam a cada exercício ora perdendo posições e por vezes com queda na arrecadação quando se compara com igual período de exercícios passados . A exemplo o ICMS de energia elétrica que em 2007, somou R\$ 125,3 milhões no entanto esta arrecadação chegou a R\$ 149,3 milhões no ano de 2006 o que resultou uma queda de (-16,09%) quadro este que nos parece sem justificativa , fato também ocorrido no exercício passado com a receita do item comunicação que neste exercício de 2007, cresceu 20,94% esta boa performance deve creditada a retração ocorrida em 2006. Maior detalhe quanto ao desempenho destes itens de receitas no período passado pode ser visualizado no Boletim Econômico de 2006. Crescimento substancial também experimentou o item denominado de substituição tributária (18,33%) principalmente pela sua contribuição individual na formação da receita com o ICMS, R\$ 375,3 milhões,destaque também para a receita com o título de remissão (parcelamentos com redução de encargos , dispensa de multas e outros benefícios tributários- Refaz Lei estadual nº 6567/2006)que alcançou R\$ 61,9 milhões, apresentaram retrações em suas arrecadações além de energia elétrica, o ICMS antecipado (-4,16%) e o parcelamento do setor sucroalcooleiro com (- 1,40%). Já a receita advinda da cobrança da dívida ativa somou a irrisória quantia de R\$ 143,4 mil (Mam/ Sefaz)

ARRECAÇÃO DE ICMS SEGUNDO A NATUREZA DO RECOLHIMENTO - 2006 e 2007					
Especificação	2 0 0 6		2 0 0 7		Varição Nominal
	Valor	Participação %	Valor	Participação %	(2007/2006)%
Substituição Tributária	317.154.565,26	24,75	375.302.100,89	26,77	18,33
Normal	339.693.065,36	26,51	355.174.458,72	25,34	4,56
Comunicação	116.655.047,91	9,10	141.078.313,66	10,06	20,94
Telecomunicação lei 6410	-	-	26.794.139,11	1,91	#DIV/0!
Energia Elétrica	149.390.535,84	11,66	125.359.351,85	8,94	-16,09
Transporte	16.428.333,66	1,28	19.415.041,73	1,39	18,18
Remissão	19.594.494,32	1,53	31.736.084,35	2,26	61,96
Parcelamento Setor Sucroalcooleiro	38.253.449,88	2,99	37.718.643,88	2,69	-1,40
ICMS Antecipado Lei 6474/2004	141.321.199,90	11,03	135.441.362,61	9,66	-4,16
Outros	142.753.409,86	11,14	162.060.709,92	11,56	13,52
TOTAL	1.281.244.101,99	100,00	1.401.795.507,49	100,00	9,41

Fonte: SEFAZ/AL

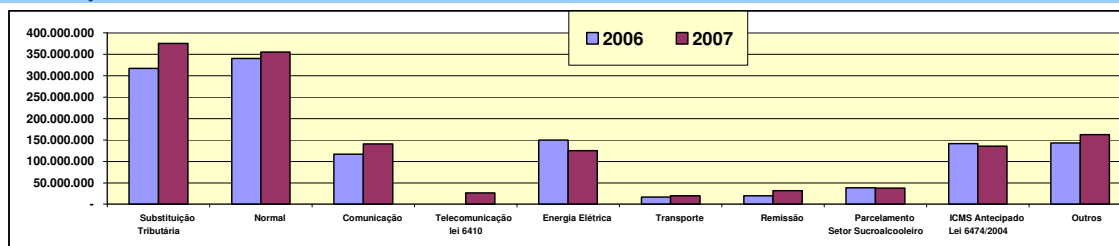
Subst. Tributária: ICMS retido na fonte. (combustíveis, automóveis, bebidas, cigarros, produtos farmacêuticos, cimento e outros)
Normal: Comércio Atacadista, Varejista, Indústrias.
Outros: Demais itens não mencionados.

Como já frisado nos Boletins trimestrais de 2007, ao contrario do ocorrido em anos anteriores é considerável a receita que tem ingressado nos cofres públicos estaduais advindo da Lei 6410/2003 – ICMS telecomunicação e importação, operações estas que os seus demandadores podem beneficia-se com a compra dos chamados precatórios junto a servidores públicos estaduais, utilizando-os para compensação de recolhimento do ICMS. No período de janeiro/dezembro de 2007, o Tesouro estadual arrecadou R\$ 26,7 milhões de receita com este título .

Quando a trajetória da arrecadação de ICMS por natureza de receita é analisada pela participação no montante da receita arrecadada o quadro também permanece também quase inalterado comparativamente ao mesmo período de 2006, o item denominado de substituição tributária que vem perdendo a hegemonia do maior contribuinte individual há bastante tempo, retorna a esta posição em 2007, participando com 26,77% do total

arrecadado o denominado de ICMS normal, que vem se alternando entre o 1º e 2º lugar contribuiu com 25,34% apresentando uma leve queda quando se compara com os 26,51% do exercício de 2006, na terceira posição vem ICMS outros seguido por comunicação e o ICMS antecipado- Lei 6474/2004. Este último juntamente com item energia elétrica apresentaram retrações nas suas participações na formação da receita total com o ICMS em 2007.

ARRECADAÇÃO DE ICMS SEGUNDO A NATUREZA DO RECOLHIMENTO - 2006 e 2007



O desempenho do grupo de ICMS denominado como diversas atividades econômicas que tem a sua trajetória calcada na conformação do grupo titulado como arrecadação de ICMS segundo a natureza do recolhimento apresentou pequenas alterações em sua estrutura no decorrer do exercício financeiro de 2007. Quando se analisa a participação individualizada por arrecadação nas diversas atividades, a com a denominação de prestação de serviços apesar de uma pequena retração comparada ao ano de 2006, (25,8%) mantém a primeira posição nesta distribuição com 23,8%, este decréscimo sem dúvida alguma está associado a não justificada queda de (-16,09%) na arrecadação do item energia elétrica já devidamente citada ao longo desta análise. Os itens comércio atacadista e extração mineral refino e engarrafamento com participações de 19,2% e 19,0% respectivamente praticamente estão iguais em 2º lugar, com uma arrecadação individual de R\$ 260,0 milhões, como constatado nos últimos 04 anos a receita de ICMS - comércio varejista tem apresentado um crescimento bastante elevado passando de uma participação 14,5% em 2004 para os 18,7% do período em análise, somando R\$ 255,5 milhões; A categoria com a denominação indústria, em 2007, passou a reverter o processo de continuadas quedas que vinha experimentando já há alguns anos, contribuindo com 16,3% do total arrecadado contra os 15,7% % logrado em igual período do ano de 2006, muito embora a sua participação já tenha chegado 21,5% no ano de 2004.

PARTICIPAÇÃO DAS DIVERSAS ATIVIDADES NA ARRECADAÇÃO DO ICMS - PERÍODO: Jan-Dez/2007 - Valores em R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
COMÉRCIO ATACADISTA	24,8	21,4	21,4	20,6	21,9	20,6	20,6	19,6	21,4	20,7	24,1	25,0
COMÉRCIO VAREJISTA	27,5	16,7	17,7	19,9	20,6	22,7	21,3	18,9	20,5	22,0	22,1	25,5
INDÚSTRIA	24,4	16,4	16,6	18,7	15,2	18,2	17,0	17,8	18,6	18,6	23,0	19,1
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	24,7	34,5	25,9	16,6	22,0	18,4	34,0	29,5	27,3	28,7	30,8	32,8
EXTRAÇÃO MINERAL, REFINO E ENGARRAFAMENTO	31,1	16,3	14,4	10,5	18,9	13,8	21,7	50,2	17,2	19,2	30,9	15,6
OUTRAS (1)	3,0	2,3	2,5	2,5	2,3	3,5	2,5	3,2	3,7	4,9	5,2	5,7
TOTAL DA ARRECADAÇÃO (Valor Principal)	135,5	107,6	98,5	88,8	100,8	97,2	117,1	139,2	108,7	114,1	136,1	119,8

Fonte: SEFAZ/AL

(1) Atividades não identificadas - arrecadadas através de CNPJ, CPF - e demais atividades não relacionadas acima.

COMPARATIVO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS POR DIVERSAS ATIVIDADES - PERÍODO: Jan-Dez/2006 e Jan-Dez/ 2007 - Valores em R\$ milhões					
DISCRIMINAÇÃO	Jan-Dez/2006		Jan-Dez/2007		Varição Nominal
	Valor	Part(%)	Valor	Part(%)	2006/2007
COMÉRCIO ATACADISTA	222,7	17,9	262,0	19,2	17,7
COMÉRCIO VAREJISTA	230,5	18,5	255,5	18,7	10,9
INDÚSTRIA	196,1	15,7	223,5	16,3	14,0
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	322,1	25,8	325,2	23,8	1,0
EXTRAÇÃO MINERAL, REFINO E ENGARRAFAMENTO	242,4	19,4	259,8	19,0	7,2
OUTRAS (1)	34,9	2,8	41,3	3,0	18,2
TOTAL	1.247,1	100,0	1.367,4	100,0	9,6

Fonte: SEFAZ/AL

(1) Atividades não identificadas - arrecadadas através de CNPJ, CPF - e demais atividades não relacionadas acima.

Na composição da receita do ICMS com o título de principais segmentos econômicos, o segmento prestação de serviços ainda detém o maior percentual de contribuição na formação geral desta receita, com uma arrecadação de R\$ 325,2 milhões em 2007, os carros chefes deste segmento são: os sub-segmentos de Telecomunicações e transmissão e distribuição de energia elétrica que arrecadaram juntos de janeiro/dezembro de 2007 R\$ 301,0 milhões o que correspondeu a mais 90% desta receita; O de ICMS, advindo segmento comércio atacadista somou R\$ 262,0 milhões cabendo ao sub-segmento comércio de álcool carburante, gasolina e demais derivados, a contribuição maior na formação desta receita, mantendo uma média acima de 35% do volume deste ingresso, seguido pelo comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerantes e mercadorias em geral; No segmento comércio varejista o quadro continua com a mesma estrutura apresentada nas últimas análises das receitas que compõem este detalhamento, prevalecendo à distribuição quase uniforme entre os itens mercadorias em geral, artigos de vestuários e complementos, lojas de departamentos e magazines que juntos somam em média de mais de 35% do total da receita desta atividade; Na composição do segmento indústria três itens respondem por quase 50% do total arrecadado correspondendo a R\$.108,2 milhões no período de janeiro/dezembro de 2007, são eles: fabricação de açúcar em bruto que substitui o título de usinas de açúcar utilizado até o ano de 2006, automóveis, caminhonetes e utilitários e cerveja, chopes; A extração de petróleo e gás natural, isoladamente continua mantendo sua hegemonia dentro do segmento extração mineral, refino e engarrafamento respondendo por mais de 80%, seguida por refino de petróleo que apresenta variações substanciais ao longo do ano.

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS SEGMENTOS NA ARRECADAÇÃO DO ICMS - Jan-Dez/2007												
DISCRIMINAÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
COMÉRCIO ATACADISTA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Álcool carburante, gasolina e demais derivados	37,1	43,1	34,9	38,2	35,6	37,7	37,2	34,5	30,7	30,4	35,8	36,1
Combustíveis de origem mineral em bruto	2,2	2,4	1,0	2,0	1,9	1,5	1,1	1,2	0,3	1,1	2,3	1,5
Cigarros, cigarrilhas e charutos	6,0	6,8	5,7	6,1	6,6	5,9	5,2	6,5	6,5	5,5	6,3	8,0
Mercadorias em geral	8,9	5,0	14,2	7,2	5,6	6,1	6,8	6,5	11,5	10,0	7,7	7,1
Peças e acessórios novos para veículos	0,7	0,6	0,6	0,8	0,5	0,5	0,4	0,9	1,0	0,7	0,6	0,7
Cosméticos e produtos de perfumaria	3,7	3,5	3,2	4,6	4,9	4,1	5,2	5,0	4,7	5,0	4,2	5,7
Com. atac. de medic. e drogas de uso humano	4,9	4,7	3,9	6,0	7,0	7,7	6,2	6,7	5,2	4,6	3,3	3,3
Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante	12,0	8,9	8,9	8,3	8,1	9,2	9,5	9,3	9,9	10,5	10,7	10,7
Comércio atacadista de açúcar	4,0	4,7	4,7	5,0	4,6	4,9	4,9	5,1	4,6	4,8	4,2	4,1
Comércio atac. de produtos alimentícios em geral	4,2	3,8	4,5	4,3	4,2	4,7	4,9	3,6	4,2	5,0	3,8	3,5
Outros	16,4	16,5	18,3	17,5	20,8	17,8	18,7	20,7	21,4	22,2	21,0	19,2
COMÉRCIO VAREJISTA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Máquinas e aparelhos e equipamentos elétricos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mercadorias em geral com pred. Prod. Alimentícios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mercadorias em geral - supermercados	14,7	12,3	11,2	11,9	12,0	10,8	9,5	11,8	11,7	10,6	15,6	9,3
Mercadorias em geral - hipermercados	7,1	8,0	8,4	6,9	5,7	7,1	7,9	8,3	9,8	7,9	8,4	8,0
Artigos do vestuário e acessórios	18,6	6,7	9,0	10,0	9,6	13,7	13,2	10,1	11,2	11,5	11,8	14,1
Lojas de departamentos e magazines	7,6	7,1	5,3	7,6	6,3	8,8	5,8	5,9	6,6	9,2	2,2	7,6
Materiais de construção em geral	3,8	5,1	5,0	4,7	4,6	4,4	4,5	5,0	5,3	4,6	4,0	4,2
Artigos de perfumaria, cosméticos e de higiene	2,2	1,9	1,8	1,5	0,0	1,9	2,1	2,0	2,0	2,1	1,9	1,8
Comércio varejista de móveis	4,2	5,2	4,8	5,0	5,1	4,8	5,0	5,4	4,5	7,5	6,3	7,2
Automóveis, camionetas e utilitários novos	4,2	5,2	4,8	4,5	8,1	5,1	4,8	5,3	4,6	3,9	3,6	4,6
Comércio varejista de tecidos	3,7	4,6	4,1	3,0	1,8	1,8	2,1	1,4	1,4	1,3	1,7	2,5
Comércio varejista de calçados	3,3	1,1	2,1	1,6	1,6	1,5	1,5	1,6	1,5	1,6	1,9	1,8
Comercio varejista de artigos de armarinho	2,4	2,1	1,9	2,9	3,1	2,8	2,8	3,2	3,2	3,0	3,3	2,8
Mercearias e armazens varejistas	3,7	3,1	4,0	3,3	2,9	2,7	-	-	-	-	-	-
Peças e acessórios novos para veículos	3,8	4,7	4,5	3,2	3,8	3,4	3,8	4,4	5,2	3,9	4,0	3,1
Comércio varejista de bebidas	2,6	5,9	6,6	5,4	7,2	6,1	5,3	3,8	5,0	3,4	7,2	7,2
Outros	22,3	32,2	31,1	28,6	28,3	25,1	31,7	31,7	27,9	29,6	28,0	25,8
INDÚSTRIA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Cervejas e chopes	16,2	20,1	15,3	10,5	8,9	8,9	14,8	13,4	12,1	15,3	11,5	14,9
Cimento	4,9	6,0	3,8	4,9	5,8	6,6	5,1	5,5	4,3	4,1	5,1	6,6
Automóveis, camionetas e utilitários	12,9	16,5	15,3	19,6	22,3	20,1	20,9	20,2	21,7	21,6	19,3	22,0
Cloro e Alcalis	21,3	0,3	6,1	9,8	0,5	13,4	0,7	4,3	4,1	2,1	12,8	5,0
Moagem de trigo e fabricação de derivados	2,6	4,0	7,9	7,8	4,1	4,1	9,1	4,8	11,1	4,8	8,9	4,4
Usinas de açúcar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabricação de açúcar em bruto	10,6	16,1	20,5	15,6	16,6	16,8	16,2	15,5	15,2	17,3	12,6	13,9
Resinas termoplásticas	7,2	5,0	0,9	2,0	5,8	1,1	3,1	5,7	4,7	5,1	4,4	5,0
Tintas, vernizes, esmalte e laca	2,4	2,3	2,4	2,0	2,2	2,1	2,2	2,3	2,9	3,0	3,0	3,6
Gases industriais	1,6	1,8	1,9	1,9	2,3	1,5	1,9	2,2	2,1	1,9	1,5	1,7
Cigarros cigarrilhas e charutos	0,8	2,8	1,5	0,9	1,0	0,9	1,4	1,1	0,3	0,6	0,3	1,2
Produtos petroquímicos básicos	2,7	2,7	2,0	1,4	2,2	1,9	0,9	0,1	0,0	0,0	0,7	1,5
Álcool	1,9	0,6	0,4	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,5	2,3	1,7	1,4
Outros	14,9	21,6	22,2	4,7	28,0	22,4	23,6	24,7	21,0	21,8	18,0	18,8
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Transmissão e distribuição de energia elétrica	45,8	34,8	44,8	17,0	28,8	13,0	47,1	43,7	38,4	43,0	40,2	43,0
Telecomunicações por fio	12,1	40,4	28,2	28,7	36,4	34,0	25,2	26,0	26,9	22,7	28,9	22,7
Telecomunicações por satélite	4,3	2,8	3,6	5,6	4,9	5,6	3,3	3,7	3,8	4,0	3,9	3,6
Telecomunicações sem fio - Telefonia movel celular	19,2	6,6	11,6	34,8	19,7	17,5	12,2	10,7	13,2	9,9	13,5	12,2
Telecomunicações sem fio	8,7	9,6	4,2	2,4	2,0	20,8	6,6	9,3	11,4	12,0	6,6	11,9
Outros	10,0	5,8	7,7	11,5	8,2	9,2	5,7	6,6	6,3	8,4	6,9	6,6
EXTRAÇÃO MINERAL, REFINO E ENGARRAFAMENTO	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Extração de petróleo e gás natural	93,4	88,4	88,4	86,1	91,5	69,9	87,4	53,9	82,5	76,9	88,2	71,0
Refino de petróleo	5,8	9,8	9,8	9,9	7,0	28,2	11,5	45,6	15,9	21,6	10,8	27,0
Engarrafamento e gaseificação de água mineral	0,3	0,4	0,4	0,8	0,4	0,5	0,2	0,1	0,3	0,3	0,2	0,6
Extração de sal-gema	0,3	0,5	0,5	0,7	0,4	0,5	0,4	0,1	0,5	0,3	0,2	0,5
Outros	0,3	0,9	0,9	2,5	0,6	1,0	0,6	0,3	0,8	0,9	0,6	0,9

Fonte: SEFAZ/AL

No 4º trimestre/2007 as despesas do tesouro estadual somaram R\$ 1.031,7 bilhões com um crescimento nominal de 28,63 % em comparação ao 3º trimestre do mesmo exercício, saliente-se que este elevado incremento deve ser debitado pelo volume de recursos financeiros envolvidos a inclusão do pagamento do 13º salário dos servidores do Poder Executivo no mês de dezembro, contrariando a prática implementada nos últimos anos onde esta despesa ocorria a cada mês e ao crescimento acentuado de 148,45% nos gastos com o custeio/ investimentos na maquina publica estadual neste período que chegou

a R\$ 152,5 milhões, todos os demais itens de despesa que estão sob responsabilidade do Tesouro estadual também apresentaram incrementos neste 4º trimestre. Já as transferências a outros Poderes incluindo-se o Ministério Público não sofreram incremento neste período comparadas ao 3º trimestre, alcançando o montante de R\$ 96,6 milhões. A despesa com o pessoal dos órgãos da Administração direta somou R\$ 292,2 milhões, valor equivalente a 60,49.% do total de gasto com pessoal daquele Poder, seguido pelo desembolso com inativos e pensionista que somou R\$141,3. milhões despesa esta que tem crescido bastante e deve ser assumida pelo fundo de pensão já criado, o AL – Previdência, o que não vem acontecendo pois este fundo foi criado no ano de 2002 e como já alertamos anteriormente sua implementação tem se dado de forma parcial no Poder Executivo e nos demais Poderes quase não se identifica qual é a relação efetiva entre estes o e o AL- Previdência .

DESPESA - (Poder Executivo e Transferências a Poderes)						
Especificação	Outubro	Novembro	Dezembro	Total (a)	3º trim/2007(b)	(a/b)%
Transf. a Poderes	32.215.708,67	32.215.708,67	32.215.708,67	96.647.126,01	96.647.126,01	0,00
Tribunal de Justiça	14.053.801,90	14.053.801,90	14.053.801,90	42.161.405,70	42.161.405,70	0,00
Tribunal de Contas	4.247.339,67	4.247.339,67	4.247.339,67	12.742.019,01	12.742.019,01	0,00
Assembléia Legislativa	8.000.000,00	8.000.000,00	8.000.000,00	24.000.000,00	24.000.000,00	0,00
Ministério Público	5.914.567,10	5.914.567,10	5.914.567,10	17.743.701,30	17.743.701,30	0,00
Poder Executivo	246.626.925,59	252.512.091,09	435.987.771,78	935.126.788,46	705.482.830,83	32,55
Pessoal (Desp.Bruta) (1)	121.811.220,78	124.463.344,50	236.833.593,22	483.108.158,50	367.879.129,99	31,32
Custeio / Investimento	35.904.309,92	37.300.115,15	79.375.199,69	152.579.624,76	61.412.921,00	148,45
Transf. a Municípios	29.934.959,78	36.191.868,71	52.069.827,04	118.196.655,53	112.443.120,00	5,12
Fundeb / Líquido	21.734.509,57	21.868.063,25	28.052.369,37	71.654.942,19	63.283.990,59	13,23
Serviço da Dívida	37.241.925,54	32.688.699,48	39.656.782,46	109.587.407,48	100.463.669,25	9,08
TOTAL	278.842.634,26	284.727.799,76	468.203.480,45	1.031.773.914,47	802.129.956,84	28,63

Fonte: SEFAZ/AL

Nota: (1) Inclui-se o 13º salário

OUTRAS DESPESAS						
Especificação	Outubro	Novembro	Dezembro	Total (a)	3º trim/2007(b)	(a/b)%
Restos a Pagar	4.353.337,43	4.026.010,05	7.158.035,79	15.537.383,27	15.666.662,00	-0,83
Precatórios/A Trabalhistas	-	-	-	-	-	-

Fonte: SEFAZ/AL

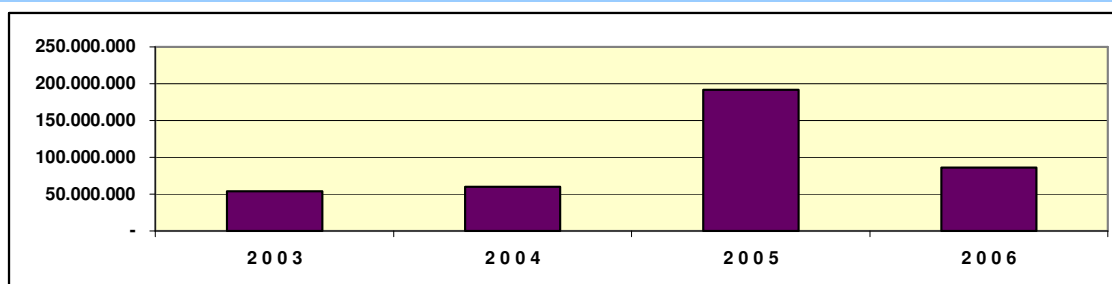
DESPESA REALIZADA COM PESSOAL - Poder Executivo (Adm. Direta e Indireta)						
Especificação	Outubro	Novembro	Dezembro	Total (a)	3º trim/2007(b)	(a/b)%
Adm. Direta	73.591.926,57	74.879.142,95	143.774.795,49	292.245.865,01	220.023.386,17	32,82
Adm. Indireta	13.271.138,90	13.563.501,28	22.692.382,27	49.527.022,45	43.908.448,38	12,80
Pensões	13.930.465,96	14.975.715,64	29.700.789,50	58.606.971,10	42.536.926,16	37,78
Inativos	21.017.689,35	21.044.984,63	40.665.625,96	82.728.299,94	61.410.369,28	34,71
TOTAL	121.811.220,78	124.463.344,50	236.833.593,22	483.108.158,50	367.879.129,99	31,32

Fonte: SEFAZ/AL

Inclui-se o 13º salário

As despesas com restos a pagar do exercício financeiro de 2006, neste 4º trimestre alcançaram R\$ 15,5 milhões, e o volume acumulado no período de janeiro/dezembro de 2007 somou R\$ 86,4 milhões, volume bem mais modesto que os R\$ 192,2 milhões despendidos com este título de despesa no exercício passado, vale acrescentar que o volume de restos a pagar de 2006, alcança a soma de R\$ 136,6 milhões e que o saldo restante comprometerá parte da receita do Tesouro estadual que ingressará ao longo de 2008. No gráfico abaixo pode-se melhor visualizar o crescimento acelerado com esta despesa nos últimos exercícios financeiros.

RESTOS A PAGAR - PERÍODO: 2003-2006



SERVIÇO DA DÍVIDA

Especificação	Outubro	Novembro	Dezembro	Total (a)	3º trim/2007(b)	(a/b)%
COHAB	574.559,85	588.397,21	594.345,97	1.757.303,03	1.678.610,12	4,69
IPASEAL	1.483.796,49	1.477.528,89	1.485.372,08	4.446.697,46	4.417.342,69	0,66
DMLP	1.706.143,66	-	-	1.706.143,66	-	-
VOTO 340/B.BRASIL	63.993,61	66.181,61	1.689.015,10	1.819.190,32	195.908,41	828,59
AV 030/B. BRASIL	87.020,74	79.602,53	3.253.208,09	3.419.831,36	267.327,65	1179,27
ROLAGEM/C. UNIÃO	29.841.358,58	28.592.627,40	30.623.210,05	89.057.196,03	82.415.668,40	8,06
PNAFE/CEF/SEFAZ	-	-	-	-	1.576.258,38	-
DER/BIRD	-	-	-	-	2.231.201,62	-
CASAL/DMLP	1.676.154,48	-	-	1.676.154,48	-	-
CASAL/AV. 030	6.768,51	6.191,53	253.036,28	265.996,32	20.792,88	1179,27
PRODETUR - I	96.796,27	94.505,57	96.823,24	288.125,08	305.684,77	-5,74
PARC. INSS	1.705.333,35	1.756.198,30	1.661.771,65	5.123.303,30	5.728.678,35	-10,57
PARC. FGTS	-	27.466,44	-	27.466,44	1.626.195,98	-98,31
TOTAL	37.241.925,54	32.688.699,48	39.656.782,46	109.587.407,48	100.463.669,25	9,08

Fonte: SEFAZ/AL

No período de janeiro/dezembro de 2007, o comprometimento da receita corrente líquida- RCL (60% limite LRF) com a despesa mensal de pessoal de todos os Poderes alcançou a média de 63,01%, cabendo ao Poder Executivo 50,32 % esta evolução decorreu de novas contratações de servidores públicos e reajustes salariais concedidos a várias categorias de servidores principalmente nas áreas de educação e polícia militar o que elevou os gastos com pessoal em 23,01% neste exercício de 2007, podemos considerar este incremento como o maior dos últimos 04 anos que apresenta uma media de 14% de evolução neste gasto, por sua vez a despesa com os repasses aos demais Poderes incluindo-se o Ministério Público consumiram 12,69%, o limite total neste grupo é de 11% RCL, o excedente praticamente fica por conta do Poder Legislativo.

TRANSFERÊNCIAS A PODERES E DESPESAS DO PODER EXECUTIVO - VALORES CORRENTES E CONSTANTES - Jan-Dez/2006-2007

Especificação	VALORES NOMINAIS			VALORES ATUALIZADOS PARA DEZEMBRO 2007 (1)		
	2006 (b)	2007 (b)	(b/a)%	2006 (a)	2007 (b)	(b/a)%
Transf. a Poderes	358.627.485,56	385.775.383,92	7,57	377.729.661,54	392.502.857,06	3,91
Tribunal de Justiça	141.050.238,30	168.645.622,80	19,56	148.599.799,82	171.592.264,12	15,47
Tribunal de Contas	43.052.163,96	50.404.955,94	17,08	45.340.313,45	51.276.429,07	13,09
Assembleia Legislativa	113.987.000,00	96.000.000,00	-15,78	120.022.415,63	97.677.349,00	-18,62
Ministério Público	60.538.083,30	70.724.805,18	16,83	63.767.132,64	71.956.814,86	12,84
Poder Executivo	2.647.301.498,00	2.971.833.144,54	12,26	2.786.970.840,97	3.018.869.553,26	8,32
Pessoal (Desp.Bruta)	1.252.172.418,29	1.540.299.542,44	23,01	1.318.251.924,86	1.564.664.080,39	18,69
Custeio / Investimento	454.695.191,70	330.363.145,97	-27,34	478.172.667,21	335.785.976,40	-29,78
Transf. a Municípios	336.815.578,70	407.190.890,71	20,89	354.751.204,52	413.694.074,41	16,62
Fundef / Líquido	222.583.368,80	258.770.453,90	16,26	234.466.983,45	263.047.443,82	12,19
Serviço da Dívida	381.034.940,50	435.208.348,48	14,22	401.328.060,92	442.997.437,40	10,38
TOTAL	3.005.928.983,56	3.357.608.528,46	11,70	3.164.700.502,51	3.411.372.410,32	7,79

Fonte: SEFAZ /AL

OBS:(1) - Valores atualizados pelo IPCA do IBGE

COMPARATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA X PESSOAL DO P. EXECUTIVO E DE OUTROS PODERES - Jan-Dez/2007

PERÍODO	RECEITA C. LÍQUIDA (a)	PESSOAL DO PODER EXECUTIVO		OUTROS PODERES		Participação (%) Executivo+Poderes
		VALOR (b)	Participação(b/a)%	VALOR (c)	Participação(c/a)%	
Janeiro	253.311.967,80	114.025.489,47	45,01	32.030.921,91	12,64	57,66
Fevereiro	236.478.516,74	109.553.950,87	46,33	31.587.375,31	13,36	59,68
Março	214.848.421,04	110.335.900,34	51,36	32.215.708,67	14,99	66,35
Abril	233.990.978,74	119.543.342,22	51,09	32.215.708,67	13,77	64,86
Mai	239.937.938,99	117.892.112,72	49,13	32.215.708,67	13,43	62,56
Junho	259.098.247,96	117.961.458,33	45,53	32.215.708,67	12,43	57,96
Julho	231.531.181,53	117.416.929,28	50,71	32.215.708,67	13,91	64,63
Agosto	257.707.385,42	121.326.199,72	47,08	32.215.708,67	12,50	59,58
Setembro	235.065.994,21	118.769.907,62	50,53	32.215.708,67	13,70	64,23
Outubro	238.096.852,95	121.811.220,78	51,16	32.215.708,67	13,53	64,69
Novembro	269.457.940,47	124.463.344,50	46,19	32.215.708,67	11,96	58,15
Dezembro	370.734.637,49	236.833.593,22	63,88	32.215.708,67	8,69	72,57
T O T A L	3.040.260.063,34	1.529.933.449,07	50,32	385.775.383,92	12,69	63,01

Fonte: SEFAZ/AL

No exercício financeiro de 2007, o estado de Alagoas dentre os estados da região nordeste é o que apresenta o maior comprometimento na relação RCL/ despesa com pessoal do Poder Executivo 49,72% , ultrapassando o limite permitido pela Lei de responsabilidade fiscal – LRF (49%) para este gasto, conforme indicativo da STN.

RELAÇÃO RECEITA CORRENTE LÍQUIDA X DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO - ESTADOS DO NORDESTE - 2007 - Valor R\$ Mil

ESTADOS	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	DESPESA COM PESSOAL (DLP)	(DLP/RCL)%
Maranhão	n.d.	n.d.	n.d.
Piauí	3.054.199	1.461.368	47,85
Ceará	6.550.425	2.689.217	41,05
Rio Grande do Norte	3.768.075	1.802.823	47,84
Paraíba	3.530.108	1.610.750	45,63
Pernambuco	8.315.932	3.456.130	41,56
Alagoas	3.109.706	1.546.019	49,72
Sergipe	3.102.889	1.331.916	42,93
Bahia	12.584.607	5.378.358	42,74

Fonte: STN - Secretaria do Tesouro Nacional

n.d. - Informações não disponível

No período de janeiro/ dezembro de 2007, os gastos com o custeio e investimento na estrutura da administração pública estadual chegou a R\$ 330,3 milhões isto representou uma queda de 29,78% nestes gastos comparativamente a igual período do exercício passado que foi de R\$ 454,6 milhões, os gastos com serviços de terceiros pessoa jurídica, com um dispêndio de R\$131,5 milhões (51,17%) contínua ocupando o primeiro lugar, seguido pelo item material de consumo representando 20,22% consumindo R\$ 66,8 milhões, por

sua vez as despesas com serviços de terceiros pessoa física chegou a R\$ 32,1 milhões já os gastos com investimentos somaram R\$ 17,4 milhões numero este bem mais modesto que os R\$ 66,4 milhões aplicados no exercício de 2006.

SERVIÇO DA DÍVIDA - VALORES CORRENTES E CONSTANTES - Janeiro/Dezembro /2006-2007						
Especificação	VALORES NOMINAIS			VALORES ATUALIZADOS PARA DEZEMBRO 2007 (1)		
	2006 (b)	2007 (b)	(b/a)%	2006 (a)	2007 (b)	(b/a)%
COHAB	6.327.383,90	6.759.054,33	6,82	6.664.393,81	6.876.173,91	3,18
IPASEAL	16.557.253,83	18.207.949,42	9,97	17.423.506,88	18.533.466,31	6,37
DMLP	4.582.665,71	3.652.594,38	-20,30	4.819.490,35	3.711.020,78	-23,00
VOTO 340/B. BRASIL	6.056.402,36	4.097.427,08	-32,35	6.385.186,75	4.143.175,55	-35,11
AV 030/B. BRASIL	13.756.515,35	7.861.474,68	-42,85	14.505.011,89	7.949.472,66	-45,19
ROLAGEM/C. UNIÃO	288.746.772,46	354.393.368,65	22,74	304.138.385,40	360.806.910,26	18,63
PNAFE/CEF/SEFAZ	3.471.473,45	3.277.077,03	-5,60	3.661.767,15	3.338.013,10	-8,84
DER/BIRD	4.846.653,08	4.570.665,29	-5,69	5.095.995,99	4.655.026,30	-8,65
CASAL/DMLP	4.494.645,43	3.588.392,12	-20,16	4.726.901,32	3.645.791,55	-22,87
CASAL/AV. 030	1.070.107,49	611.469,79	-42,86	1.128.302,23	618.314,32	-45,20
PRODETUR	1.437.845,87	1.252.115,90	-12,92	1.514.641,61	1.274.841,83	-15,83
PARC. INSS	19.676.551,45	21.749.147,84	10,53	20.735.866,29	22.133.133,17	6,74
PARC. FGTS	10.010.670,12	5.187.611,97	-48,18	10.528.611,24	5.312.097,65	-49,55
TOTAL	381.034.940,50	435.208.348,48	14,22	401.328.060,92	442.997.437,40	10,38

Fonte: SEFAZ /AL

OBS:(1) - Valores atualizados pelo IPCA do IBGE

O desembolso efetivo com o serviço da dívida no exercício de 2007, somou R\$ 435,2 milhões com um crescimento real 10,38% comparativamente ao exercício passado, que por sua vez tinha apresentado uma queda em termos reais de (-4,41%) este quadro é de responsabilidade da trajetória em 2007 do principal índice de correção do serviço da dívida pública estadual (IGP-DI) que apresentou um índice acumulado de 7,89% no exercício em análise contra apenas 3,79% em 2006. Como já citado em análises anteriores existem vários contratos de dívida pública estadual não se enquadram dentro do limite de (15%RLR), razão porque o comprometimento com este encargo sempre tendem a ultrapassar o limite referido anteriormente. Dentre estas estão os contratos de refinanciamento de débitos junto ao FGTS e INSS, que consumiram em 2007, R\$ 27,8 milhões e chegaram ao final deste ano com um saldo devedor de R\$ 313,0 milhões. Voltamos a reiterar a necessidade de um aprofundamento por parte do Tesouro estadual nas condições em que foram negociados os citados contratos, pois em quase toda sua maioria a negociação junto aos credores foi conduzida por uma empresa privada sem a devida participação e acompanhamento por parte de técnicos do governo estadual envolvidos com a área da dívida pública, nesta negociação incluí-se as compensações de contribuições previdenciárias que vem acontecendo entre o INSS e o fundo de pensão estadual –AL previdência, também merecem atenção especial a dívida contraída pelo governo de Alagoas junto ao Estado do Paraná que deverá ser resgatada no ano de 2012. e já soma R\$ 130,4 milhões, outra pendência que merece atenção e o saldo remanescente da dívida mobiliária estadual (letras do governo de Alagoas) em poder de diversos credores.

COMPARATIVO DA RECEITA LÍQUIDA REAL MENSAL X SERVIÇO DA DÍVIDA - Janeiro-Dezembro/2007			
PERÍODO	RECEITA L. REAL	SERVIÇO DA DÍVIDA	PARTICIPAÇÃO (%)
Janeiro	237.569.763,71	48.271.000,18	20,32
Fevereiro	212.148.233,22	34.800.587,08	16,40
Março	197.832.862,76	37.074.725,02	18,74
Abril	214.738.184,13	35.765.686,97	16,66
Mai	214.803.699,48	30.398.519,63	14,15
Junho	236.741.029,81	38.846.752,87	16,41
Julho	210.573.685,96	28.205.774,00	13,39
Agosto	239.126.922,40	34.964.318,16	14,62
Setembro	211.320.739,25	37.293.577,09	17,65
Outubro	216.362.343,38	37.241.925,54	17,21
Novembro	247.589.877,22	32.688.699,48	13,20
Dezembro	342.682.268,12	39.856.782,46	11,57
T O T A L	2.781.489.609,44	435.208.348,48	15,65

Fonte: SEFAZ/AL

DÍVIDA CONTRATUAL DO ESTADO DE ALAGOAS (SALDO DEVEDOR) - POSIÇÃO EM: 31/12/2007					
Especificação	ADM.DIRETA ESTADO	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			TOTAL
		CASAL	COHAB	IPASEAL	
DÍVIDA INTERNA	5.702.195.526,99	22.292.175,91	127.845.872,10	283.843.351,74	6.136.176.926,74
BANCO DO BRASIL S/A	5.172.331.432,83	22.292.175,91	2.673.514,78	8.863.673,82	5.206.160.797,34
GOV.EST.LEI 8727/93 - ROLAGEM	344.680.590,51	-	2.673.514,78	8.863.673,82	356.217.779,11
GOV.EST.LEI 9496/97 - DIV.MOB.	1.274.610.357,82	-	-	-	1.274.610.357,82
GOV.EST.LEI 9496/97 - LIQ.BEA	1.099.800.845,17	-	-	-	1.099.800.845,17
GOV.EST.LEI 9496/97 - ROLAGEM	2.412.378.959,78	-	-	-	2.412.378.959,78
GOV.EST.LEI 7976/89 - VOTO 340	6.422.836,56	-	-	-	6.422.836,56
GOV.EST.LEI 7976/89 - AVISO 30	12.756.807,24	992.231,41	-	-	13.749.038,65
DMLP	21.681.035,75	21.299.944,50	-	-	42.980.980,25
BANCO DO NORDESTE	7.404.848,84	-	-	-	7.404.848,84
PRODETUR - I	7.404.848,84	-	-	-	7.404.848,84
BNDES	61.000.000,00	-	-	-	61.000.000,00
PRIVATIZAÇÃO/CEAL	61.000.000,00	-	-	-	61.000.000,00
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	17.179.992,49	-	125.172.357,32	274.979.677,92	417.332.027,73
PNAFE/CEF/SEFAZ	17.179.992,49	-	-	-	17.179.992,49
OUTROS	444.279.252,83	-	-	-	444.279.252,83
GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	130.719.740,55	-	-	-	130.719.740,55
FGTS	65.369.509,54	-	-	-	65.369.509,54
INSS	248.190.002,74	-	-	-	248.190.002,74
DÍVIDA EXTERNA	1.966.753,06	-	-	-	1.966.753,06
BIRD/DER	1.966.753,06	-	-	-	1.966.753,06
DÍVIDA MOBILIÁRIA	90.740.046,11	-	-	-	90.740.046,11
T O T A L	5.794.902.326,16	22.292.175,91	127.845.872,10	283.843.351,74	6.228.883.725,91

Nos últimos meses de 2007, o governo estadual passou a manter um diálogo com os bancos interamericano de desenvolvimento- BID e o Mundial – BIRD na tentativa de que seja montada uma operação financeira de reescalonamento do estaque da dívida Pública estadual, com a intervenção direta destes organismos financeiros internacionais seja através de financiamento ou orientação técnica que possa ajudar ao Tesouro estadual na gerencia deste encargo, acrescente-se que há um aval do Tesouro federal para que estes bancos possam desenvolver este trabalho. Esta tarefa não será nada fácil face as características do perfil da dívida pública do estado de Alagoas, senão vejamos : o estado detém o 2º maior estoque de dívida dentre os estados brasileiros quando relação é receita corrente líquida estoque de dívida (..2,00 DCL/ RCL.), nos últimos 04 anos o Tesouro estadual vem amortizando apenas os encargos decorrentes da dívida mobiliária que tem prazo de liquidação em 10 anos(contrato assinado em 2002) os demais contratos que estão sob a égide da Lei federal 9496/98, estão com seus estoques sendo corrigidos e evidentemente crescendo a cada ano e por fim o Tesouro estadual terá que liquidar uma

divida com o Estado do Paraná de (R\$ 130,7 milhões a preços de dezembro de 2007) no ano de 2012.

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA X DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - ESTADOS DO NORDESTE - 2007 - R\$ 1000				
ESTADOS	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	(DCL/RCL)%	
Maranhão	n.d.	n.d.	n.d.	
Piauí	3.054.199	2.380.281	0,78	
Ceará	6.550.425	2.367.327	0,36	
Rio Grande do Norte	3.768.075	n.d.	n.d.	
Paraíba	3.530.108	2.201.350	0,62	
Pernambuco	8.315.932	4.378.709	0,53	
Alagoas	3.109.706	6.218.123	2,00	
Sergipe	3.102.889	1.312.718	0,42	
Bahia	12.584.607	10.370.837	0,82	

Fonte: STN - Secretaria do Tesouro Nacional
n.d. - Informações não disponível

No comparativo de comprometimento da receita corrente líquida com o montante da dívida consolidada, o estado de Alagoas, entre os estados nordestinos, continua detendo ainda o maior percentual de comprometimento. Muito embora esta relação venha reduzindo-se de forma acentuada nos últimos exercícios, chegando a uma relação de 2,00 entre DCL/RCL em 12/2007, segundo constata-se em relatório da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

RELAÇÃO RECEITA CORRENTE LÍQUIDA X DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - ESTADOS DO NORDESTE - PERÍODO: 2002-2007						
ESTADOS	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Maranhão	2,73	2,22	1,74	1,33	1,15	n.d.
Piauí	1,64	1,52	1,42	1,09	0,75	0,78
Ceará	1,18	1,06	0,92	0,73	0,57	0,36
Rio Grande do Norte	0,65	0,53	0,38	0,32	0,31	n.d.
Paraíba	1,42	1,17	1,08	0,89	0,76	0,62
Pernambuco	1,25	1,17	1,04	0,83	0,65	0,53
Alagoas	2,36	2,77	2,64	2,25	2,10	2,00
Sergipe	0,73	0,68	0,65	0,45	0,57	0,42
Bahia	1,82	1,63	1,42	1,17	1,02	0,82

Fonte: STN - Secretaria do Tesouro Nacional
n.d. - Informações não disponível

Elaborado por:

Bartolomeu Bueno de Oliveira – Economista
Dorildo Lima Calheiros - Economista

